

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.250 - SP (2019/0247015-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA  
**ADVOGADOS** : ZULMAR DUARTE DE OLIVEIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - SC018545  
ANDRÉ JULIANO TRUPPEL - SC027076  
**AGRAVADO** : MASTER ARMAZENS GERAIS LTDA  
**ADVOGADO** : MARCELLO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP184772

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MANUCHAR COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

*"APELAÇÃO - AÇÃO COMINATÓRIA - RESTITUIÇÃO DE MERCADORIAS EM DEPÓSITO - SERVIÇO DE ARMAZENAGEM - ARMAZÉM GERAL - R. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA - INCIDÊNCIA DO DECRETO nº 1.102/1903 - PRAZO PRESCRICIONAL TRIMESTRAL, CONFORME § 1º DE SEU ART. 11 - ACOLHIMENTO DA PREJUDICIAL - EXTINÇÃO DEFINITIVA PRONUNCIADA - PROVIMENTO" (fl. 17.071, e-STJ).*

No especial, a recorrente aponta violação do art. 11, § 1º, do Decreto nº 1.102/1903, argumentando, em síntese, que o termo inicial da contagem do prazo prescricional é a data da interpelação, quando houve a exigência de devolução e a negativa de entrega, e não com o último depósito das mercadorias.

Afirma que:

*"(...)*

*Pois bem, a leitura correta do dispositivo aponta para que a contagem do prazo prescricional seja ligada à data em que a mercadoria deveria ser devolvida à Recorrente, iniciando a fluência do prazo correlato; não da movimentação de depósito realizada, como sustentado pelo acórdão recorrido.*

*(...)*

*Após encerrada a relação contratual, a Recorrente exigiu a devolução do insumo para Recorrida pela notificação realizada em 12 de maio de 2017.*

*A partir desta data, com a negativa de entrega das mercadorias pela Recorrida, iniciou-se o prazo prescricional previsto no artigo 11, § 1º, 2ª parte, do Decreto-Lei nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, repete-se: 'O direito à indenização prescreve em três meses, contados do dia em que a mercadoria foi ou devia ser entregue'" (fls. 17.086/17.088, e-STJ).*

# Superior Tribunal de Justiça

Apresentadas contrarrazões às fls. 17.094/17.106 (e-STJ).

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

## DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Cuida-se, na origem, de ação ordinária ajuizada pela recorrente em face da MASTER ARMAZÉNS GERAIS LTDA. visando a devolução do remanescente das mercadorias depositadas junto à ré, que corresponderiam a aproximadamente 800 (oitocentas) toneladas de sulfato de sódio.

O Tribunal de origem, reformando a sentença, concluiu pela ocorrência da prescrição, visto que ultrapassado o prazo de 3 (três) meses entre **a última retirada do produto**, em 31 de dezembro de 2016, e a propositura da ação, em 10 de agosto de 2017.

Destacam-se os seguintes fundamentos:

"(...)

*Nesta senda, tratando-se de relação comercial de armazenagem, inegável a incidência do Decreto nº 1.102/1903, que institui regras para o estabelecimento de empresas de armazéns gerais e determina seus direitos e obrigações.*

(...)

*Referida norma estabelece prazo prescricional trimestral para o pleito de indenização decorrente do descumprimento das responsabilidades da empresa a quem cumpre o armazenamento e prejuízos decorrentes deste. Àquela compete a guarda, conservação, pronta e fiel entrega da mercadoria quando lhe for exigida pelo depositante, assim como lhe é atribuída responsabilidade diante de culpa, fraude, dolo e furto praticados por seus funcionários, conforme se verifica no art. 11, in verbis:*

(...)

*In casu, a autora afirma que ao longo dos anos depositou enorme quantidade de sulfato de sódio nas dependências da ré e que, por conta de superveniente ausência de condições de segurança do armazém, optou por encerrar a tomada do serviço. Verificando seu sistema de controle interno, constatou existir saldo de mais de oitocentas toneladas do produto, razão por que **efetuou pedido para devolução do saldo aferido no início do ano de 2017. Posteriormente, em maio do mesmo ano, formalizou o intento via notificação extrajudicial. Ausentes devolução da mercadoria e justificativa, ajuizou a presente ação.***

# Superior Tribunal de Justiça

Tratando-se de produto fungível e de matéria composta por minúsculas partículas, após sucessivos depósitos no mesmo local, impossível determinar a quantidade residual de cada aporte, tendo em vista as posteriores retiradas. Contudo, conforme planilha integrante da notificação extrajudicial, fls. 16848, elaborada pela própria autora, o produto foi encaminhado a armazenamento até o ano de 2016; desde 2013 houve mais retiradas do que aportes, resultando em saldo negativo. Desta forma, forçoso que o material em disputa advém de anos anteriores.

Nos moldes da mesma planilha, o sulfato de sódio depositado até 2012 já foi entregue de há muito, restando apenas seu resíduo. Assim, em que pese ao fato de a apelada ter constatado a inexistência e eventual saldo em 2017, é inelutável que a pretensão prescreveu: a última movimentação ocorreu em 2016; a interpelação antes mencionada operou-se em maio de 2017, quando já implementada, consequentemente, a prescrição trimestral nos termos do Decreto nº 1.102/1903, art. 11, § 1º (mais de três meses se passaram entre o dia em que a mercadoria foi ou deveria ter sido entregue e aquela providência, que assim não poderia mesmo interromper a fluência do prazo correlato, previamente exaurido).

(...)

À autora era cognoscível, desde a última retirada (havida, segundo acervo probatório, até 31 de dezembro de 2016), a alegada permanência de mercadoria em poder da ré. Se tardou em buscar a tutela do direito que entendeu violado, aviando-lhe notificação extrajudicial somente em maio de 2017, ora, dormientibus non succurrit jus.

Do exposto, meu voto propõe seja PROVIDA a apelação, a fim de se pronunciar a prescrição e se declarar extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, II, do Código de Processo Civil" (fls. 17.072/17.075, e-STJ - grifou-se).

O dispositivo apontado como violado pela recorrente - art. 11, § 1º, do Decreto nº 1.102/1903 -, assim determina:

"Art. 11º - As empresas de armazéns gerais, além das responsabilidades especialmente estabelecidas nesta lei, respondem:

(...)

§ 1º - A indenização devida pelos armazéns gerais nos casos referidos neste artigo, será correspondente ao preço da mercadoria e em bom estado no lugar e no tempo em que devia ser entregue.

O direito à indenização prescreve em três meses, **contados do dia em que a mercadoria foi ou devia ser entregue.**" (grifou-se)

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que às ações de indenização contra armazéns gerais aplica-se a prescrição trimestral prevista no referido dispositivo.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DEPÓSITO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

*SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AÇÃO AJUIZADA EM DESFAVOR DE ARMAZÉM GERAL. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. DECRETO 1.102/1903. PRESCRIÇÃO TRIMESTRAL. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.*

- 1. Ação de depósito.*
- 2. A ausência de decisão acerca do dispositivo legal indicado como violado, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.*
- 3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado - quando suficiente para a manutenção de suas conclusões - impede a apreciação do recurso especial.*
- 4. A pretensão de ressarcimento pela perda de mercadoria depositada em armazém geral prescreve em três meses, nos termos do que dispõe o art. 11 do Decreto 1.102/1903.*
- 5. Agravo não provido" (AgInt no AREsp 1.404.416/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019).*

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ARMAZÉNS GERAIS. PRAZO PRESCRICIONAL TRIMESTRAL. INCIDÊNCIA DO DECRETO N. 1.102/1.903. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. SÚMULA N. 83/STJ.*

- 1. O prazo prescricional nas ações de indenização contra armazéns gerais é de três meses, nos termos do art. 11 do Decreto n. 1.102/1.903, aplicado em observância ao princípio da especialidade.*
- 2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1.369.363/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 01/12/2015).*

No caso dos autos, a Corte de origem considerou como termo inicial para a contagem do prazo a data da última movimentação no depósito com a entrega do produto, consignando expressamente que houve pedido para devolução do saldo aferido no início do ano de 2017 e que *"à autora era cognoscível, desde a última retirada (havida, segundo acervo probatório, até 31 de dezembro de 2016), a alegada permanência de mercadoria em poder da ré"* (fl. 17.075).

Verifica-se, ainda, que a conclusão baseou-se em planilha elaborada pela própria parte autora, integrante da notificação extrajudicial assinada em 28 de abril de 2017 e registrada em 11 de maio de 2017 (fls. 16.846/16.848, e-STJ).

Portanto, respeitados os limites fáticos do acórdão, o prazo prescricional iniciou-se com a lesão ao direito tutelado, que no caso corresponde à data em que a mercadoria foi ou devia ter sido integralmente entregue, o que ocorreu em 31 de dezembro de 2016, com a última retirada do produto.

Proposta a ação somente em 10 de agosto de 2017, resta configurada a

ocorrência da prescrição.

Assim, conclui-se que o posicionamento adotado na origem converge com a orientação consolidada nesta Corte Superior, atraindo a incidência da Súmula nº 568/STJ.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS AJUIZADA CONTRA ARMAZÉM GERAL. RETENÇÃO TEMPORÁRIA DE MERCADORIA. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. DECRETO 1.102/1903. PRESCRIÇÃO TRIMESTRAL. PRAZO INICIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Em razão do princípio da especialidade, o prazo prescricional nas ações de indenização contra armazéns gerais é de três meses (art. 11 do Decreto 1.102/1903). Precedentes.*

*2. No caso, considerando que o suposto dano teria decorrido da não entrega da mercadoria, o prazo inicial deve ser contado da data em que a mercadoria reclamada deveria ter sido entregue.*

*3. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.624.226/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 21/09/2017 - grifou-se).*

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor atualizado da causa, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator